

## Leis

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 139, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

“Dispõe sobre a fixação de vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE do Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.”

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais), o vencimento básico do Agente Comunitário de Saúde – ACS e do Agente de Combate às Endemias – ACE.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar serão supridas com os repasses realizados pelo Governo Federal nos termos da Lei Federal nº 12.994, que instituiu o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias– ACE, em todo território nacional, suplementadas no necessário pelo Município de Ponta Porã.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponta Porã MS, 26 de junho de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 140, DE 01 DE JULHO DE 2015.****“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS – REFIC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Ponta Porã-MS, o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIC, destinado a promover a regularização de créditos do Município decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais.

Art. 2º. Os créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrente de falta de recolhimento de valores retidos, correspondentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, podem ser liquidados mediante uma das seguintes formas:

I – pagamento em parcela única com exclusão da multa e juros de mora, incidentes até a data de opção;

II – pagamento em até 02 (duas) parcelas, mensais e sucessivas, com redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros de mora incidentes até a data de opção;

III – pagamento em até 03 (três) parcelas, mensais e sucessivas, redução de 70% (setenta por cento) da multa e juros de mora incidentes até a data de opção;

IV – pagamento em até 04 (quatro) parcelas, mensais e sucessivas, redução de 60% (sessenta por cento) da multa e juros de mora incidentes até a data de opção;

Art. 3º. Os créditos relativos a penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações principais e/ou acessórias, desde que liquidadas juntamente com os créditos referidos no art. 2º, I, ficam reduzidos para 50%.

Art. 4º. A adesão ao REFIC implica na inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte para com a Fazenda Municipal decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e se dará mediante termo de confissão de dívida.

Art. 5º. Não haverá aplicação de multa por infração sobre os débitos não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião de adesão.

Art. 6º. Na apuração e consolidação dos débitos, cujos fatos geradores ocorreram após 31 de dezembro de 2014, não serão permitidas exclusões ou reduções de nenhum acréscimo previsto na legislação vigente, independentemente da forma recolhida para liquidação.

Art. 7º. A adesão ao REFIC sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida aos débitos tributários nele incluídos.

§ 1º. A adesão ao REFIC sujeita, ainda, o contribuinte:

I – ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – ao pagamento regular dos tributos municipais com vencimento posterior à data da opção.

§ 2º. A inclusão do REFIC fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos por desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos a ser formulado pelo contribuinte, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos em que se funda a ação judicial ou pleito administrativo.

§ 3º. O contribuinte será excluído do REFIC diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou subtrair receita do contribuinte optante;

III – inadimplência por 03 (três) meses consecutivos, relativamente a qualquer tributo abrangido pelo REFIC, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à data de opção.

§ 4º. A exclusão do contribuinte do REFIC acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e, em sendo o caso, o restabelecimento da penalidade em sua integralidade, por infração fiscal decorrente do descumprimento de obrigações principais e/ou acessórias.

Art. 8º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica, atualizada pela Unidade Fiscal.

§ 1º. O pagamento da 1ª parcela será exigido na data da efetivação do parcelamento;

§ 2º. Sobre a parcela paga em atraso incidirá correção monetária IPCA/IBGE e juros de mora de 1% a.m (um por cento ao mês) ou fração.

§ 3º. O pagamento do honorário advocatício será de 5% (cinco por cento) e incidirá sobre o valor originário acompanhado à modalidade de adesão ajustada pelo contribuinte parcelado ou não, somente nos débitos já ajuizados.

Art. 9º. O pedido de adesão ao REFIC, referente a débitos inscritos em dívida ativa, poderá ser feito até o dia 30 de Setembro de 2015, podendo ser prorrogada até o dia 30 de novembro de 2015.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã-MS, 01 de julho de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.103, DE 01 DE JULHO DE 2015.**

**Declara de Utilidade Pública Municipal, a Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati – COOPERAI.**

**Autoria:** Vereadores Marcelino Nunes de Oliveira, Profº Hugo, Caio Augusto, Daniel Valdez Puka, Otaviano Cardoso, Profª Leny, Marquinhos, Rony Lino e Osmar de Matos.

Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati – COOPERAI, com sede e foro no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul. Para declaração de Utilidade pública deverá conter a possibilidade no Projeto de Lei: Condições para a sua revogação, caso deixem de cumprir os requisitos impostos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã/MS, 01 de Julho de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4104, DE 01 DE JULHO DE 2015.**

*“Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã-MS e dá outras providências.”*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar o Lote 06, da Quadra 33-A, centro, medindo 20,00 x 30,00 com área total de 600,00 m², proveniente do desmembramento da área 04, matriculado sob o n. 56.530, do loteamento centro, situado do lado par da Rua Sete de Setembro, distante 50,00m da Rua Antonio João do lado direito para quem olha o terreno de frente (face oeste), de propriedade do Município de Ponta Porã ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã-MS -PREVIPORÃ.

**Art. 2º.** A área a ser doada pelo Município de Ponta Porã ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã-MS, destinar-se-á a construção da sede própria do órgão previdenciário.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 4º.** Deverá constar, obrigatoriamente, na escritura pública e no Registro Imobiliário que a doação é efetivada observando as seguintes condições:  
I – O órgão donatário fica obrigada a destinar a área objeto da presente doação exclusivamente para execução da atividade constante no artigo 2º desta Lei.

II – O órgão donatário fica obrigado a iniciar a execução das obras do referido órgão, no prazo máximo de 02 (dois) anos, contados da publicação desta Lei, sob pena de reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Ponta Porã-MS.

III – O imóvel objeto desta doação não poderá, em qualquer hipótese, ser alienado ou dado em garantia a qualquer título, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

**Parágrafo único** – O descumprimento de qualquer obrigação relacionada na presente implicará na reversão da doação sem direito de qualquer indenização ao donatário, seja a que título for.

**Art. 5º.** Eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento em vigor.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da transmissão correrão por conta do órgão donatário.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 01 de Julho de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal